Campus, 1999

Estudos de Viviani -Pesquisa e Inteligência de Mercado voltada em entender o público feminino <www.sophiamind.com.br> Acesso em 11 de maio de 2011

Revista Època do mês de abril

PROFISSÃO DOCENTE E O ENSINO DE VALORES:

PERCEPÇÕES SOBRE O ENSINO MORAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I

LOURDES MICHEL RACHID CHEDID

RESUMO

A percepção social da profissão docente sobre o ensino moral no Ensino Fundamental 1 sugere vivências de questionamentos e indagações por parte dos professores. O professor, no exercício da docência, além de seus conhecimentos científicos e técnicos, é considerado como referência de conduta, isto é, moral para seus alunos. Neste sentido, este trabalho de pesquisa tem como principal investigar as contribuições do professor no ensino da moral no Ensino Fundamental I. Visando atender o objetivo proposto procedeu-se fundamentado em revisão bibliográfica. As informações coletadas foram registradas por meio de escritas e, a partir de então se elaborou os relatórios, os quais foram divididos e separados por tópicos para um melhor entendimento e, assim, proporcionando algumas considerações sobre o tema. Espera-se que este trabalho de pesquisa esclareça o papel do professor no ensino da moral no Ensino Fundamental I, e, deste modo contribuir para que reflexões sobre a importância de discutir sobre esse assunto seja iniciada, pois, existe uma gama de possibilidades a ser explorada nesse cenário e que deve ser mais esclarecido e divulgado junto à sociedade.

Palavras-chave: Ensino Fundamental I. Moral. Professor.

INTRODUÇÃO

Várias são as discussões obre o papel social do docente nesse início de século. Em números cada vez mais crescente surgem, ensaios, teses e artigos que buscam indicar os caminhos necessários e essenciais ao exercício do trabalho do professor. Deste modo, se escreve como é ou como deve ser a relação entre professor e aluno, a respeito das relações didáticas relacionadas a socialização do conhecimento, das lutas ao ensino democratizado, da crise e da violência nas escolas, das maneiras e dos modos da gestão em políticas públicas educacionais.

Em contrapartida ao mergulhar na discussão do dia a dia da profissão docente se depara com a questão do ensino moral que, por sua vez, se manifesta em um aspecto fundamental da existência do homem: a criação de valores. Os diferentes grupos sociais criaram modos peculiares de viver e elaborar regras e princípios reguladores do comportamento que em seu conjunto indicam obrigações, direitos e deveres.

Não há valores em si, mas propriedades que se atribuída pelos seres humanos a realidade a partir da relação atribuída a realidade a transformando e se transformando de modo contínuo. Portanto, valorizar

quer dizer se relacionar com a natureza, lhe atribuindo significados que variam conforme os desejos, necessidades, circunstâncias e condições em que se vive.

A referência não apenas ao que é, mas ao que deve ser se instala pela criação cultural. O que se deve fazer se traduz em uma série de prescrições criadas pela sociedade para orientar a conduta das pessoas. Essa é a área da moral e da ética. Neste contexto indaga-se a seguinte questão: Qual o lugar da moral e da ética no exercício da docência?

A escolha do tema se justifica, pois todas as pessoas, sobretudo os alunos, necessitam de base morais sólidas e bem definidas, de modo que saiba como proceder quando se deparar com problemas pequenos ou grandes. A discussão sobre este assunto é importante pois todo professor ao exercer a docência deve ter consciência de transmitir princípios para seus alunos, pois os princípios são as bases de suas vidas.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral investigar as contribuições do professor no ensino da moral no Ensino Fundamental I. Visando atender o objetivo proposto desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: conceituar Ensino Fundamental I; Discutir sobre o ensino moral no Ensino Fundamental I e; discutir sobre a profissão docente e o ensino da moral no Ensino Fundamental I.

Este estudo procedeu fundamentado em revisão bibliográfica. As informações coletadas foram registradas por meio de escritas e, a partir de então se elaborou os relatórios, os quais foram divididos e separados por tópicos para um melhor entendimento e, assim, proporcionando algumas considerações sobre o tema. Espera-se que esta pesquisa contribua de forma a tornar claro o papel do professor no ensino da moral no Ensino Fundamental I, e, assim contribuir para que seja iniciada reflexões sobre a relevância de discutir sobre esse assunto, pois, existe uma gama de possibilidades a ser explorada nesse cenário e que deve ser mais esclarecido e divulgado junto à sociedade.

2 O ENSINO FUNDAMENTAL I

No Brasil, a EB, é formada por categorias com específicos objetivos para cada faixa etária de aluno. Desse modo, ela se constitui pela EI, Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM). O EF é dividido em anos iniciais (EF I) e anos finais (EF II) (BRASIL, 2019).

Esse período da EB está entre dois importantes momentos, pois o aluno sai da EI para iniciar uma nova jornada, que culminará no EM. Essa fase constituída pelo período do 1° ao 5° ano é a etapa que marca a saída da EI. Segundo Medel (2013) a criança, nessa etapa, participa de atividades que tendem a favorecer o seu desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo, entre outras características.

As crianças ingressam no Ensino Fundamental aos seis anos de idade. Segundo as orientações gerai do Ministério da Educação e Cultura (MEC), essa mudança vai além da inclusão de mais um ano de ensino. Não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos em um Ensino Fundamental de nove

anos, considerando o perfil dos alunos (MEDEL, 2013, p. 13).

O trabalho do professor no EF I é bastante individualizado e busca respeitar o tempo e o histórico do aluno, sem deixar de lado o encanto da infância. O início do processo de alfabetização, o desenvolvimento da leitura e da escrita, a aquisição de competências e a preparação para o próximo ciclo são algumas das bases que marcam esse ciclo, de maneira que o estudante se torne mais autônomo, organizado e protagonista de sua vida acadêmica (VEIGA; SILVA, 2018).

Desse modo, em uma estreita relação entre professores e alunos, cada criança é considerada em sua individualidade. As crianças, nessa etapa da vida estão vivendo importantes mudanças em seu processo de desenvolvimento, os quais podem repercutir em suas relações com outras pessoas, consigo mesmas e com o mundo. Por outro lado a maior autonomia e a maior desenvoltura nos deslocamentos e movimentos alargam suas interações com o espaço (COUTO, 2012).

As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar (BRASIL, 2019, p. 58-59).

Ao longo dos anos iniciais do EF, a progressão do conhecimento acontece por meio da consolidação das aprendizagens da EI e pelo alargamento das práticas de linguagens, da experiência intercultural e estética dos alunos, levando em consideração tanto suas expectativas e interesses como o que ainda precisam aprender. Assim, amplia-se o interesse pela vida social, a autonomia intelectual e a compreensão de regras. Entretanto, “entre outros aspectos, é importante que o “professor tenha domínio de um conhecimento científico específico, a partir do qual organizará a sua prática pedagógica de forma a promover o desenvolvimento do trabalho educativo” (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 97).

Além das questões relacionadas ao processo de aprendizagem e de desenvolvimento na elaboração de currículos e das propostas de ensino, é preciso considerar medidas para assegurar às crianças um contínuo percurso de aprendizagem entre as diferentes fases do EF I, de maneira a promover uma integração maior entre elas (BRASIL, 2019).

3 O ENSINO MORAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Segundo Aquino (1996, p. 40) a visão da escola enquanto lugar de florescimento das potencialidades humanas parece que foi substituída “pela imagem de um campo de pequenas batalhas civis, pequenas, mas visíveis o suficiente para incomodar”. Entretanto, embora a questão da indisciplina seja um fenômeno de conhecimento geral, sua importância teórica não algo nítido, tendo em vista as poucas obras dedicadas a esse problema, sendo, portanto, sem dúvida, um assunto de difícil abordagem.

Neste contexto, e diante dessa so-

ciedade em que os valores estão em constantes discussões e questionamentos, a educação moral desempenha um importante papel na formação sujeitos e construção de uma sociedade mais justa. A formação moral da criança não é responsabilidade única e exclusiva da família, pois cabe também a escola local para aprender a lidar com a diferença e a conviver de modo democrático (AQUINO et al., 2013).

A moral, a verdadeira moral, aquela autônoma, libertária, que elege valores como a justiça e a dignidade somente pode desabrochar de fato numa vida com sentido, com hierarquia de valores, enfim, numa vida boa, que, por ser boa, não é pequena (AQUINO et al., 2013, p. 73).

Somente é moral a ação que se inspira em um imperativo categórico, portanto, derivada de um dever incondicional. Logo, segundo La Taille (2010, p. 106) “a moral ordena: o sujeito moral sente-se intimamente obrigado a agir segundo determinadas regras. Sua ação é, para ele, necessária, e não apenas possível ou provável, e isto porque o bem moral é um bem em si”.

Trabalhar com a educação moral quer dizer a possibilidade do desenvolvimento de uma formação com intuito de proporcionar aos alunos uma atitude crítica constante, de reconhecimento das possibilidades e limites das circunstâncias e dos sujeitos, de problematização das relações, ações, valores e regras que os norteiam

(MULLER; ALENCAR, 2012). Pois, “essas críticas apontam para métodos que procuram sensibilizar de alguma forma os alunos para as questões morais” (BRASIL, 1997, p. 62).

A criança experimenta na escola a igualdade e aprende a lidar com o diferente, e, assim, contribui com a passagem do espaço privado para o espaço coletivo. O aluno que tem um lugar de privilégio no âmbito familiar, na escola inicia uma nova aprendizagem onde é considerado igual aos demais. Logo os valores particulares do seio familiar como a submissão, o preconceito, etc. podem se transformam em valores socialmente desejáveis, como a igualdade e o respeito ao diferente, se houver um trabalho pedagógico intencional. Por excelência a escola é um local de convivência e, portanto, de possibilidades de democratizar essa convivência facilitando o desenvolvimento dos valores éticos e morais (DURKEHEIM, 2012).

Através da socialização, que consiste em ensinar os conhecimentos e a aprender os valores sociais, a criança poderá ter a oportunidade de aprender a viver democraticamente, se na escola predominarem as relações democráticas. Isso por que “a moral exige que respeitemos a dignidade de outrem e, também, mantenhamos a nossa própria” (LA TAILLE, 2003, p. 2). Assim compreendida, envolve reconhecer o outro e a buscar diferentes perspectivas, gerir conflitos de um modo mais dialógico e justo, estabelecendo relações e percebendo a necessidade de regras para a boa vivência (MULLER; ALENCAR, 2012).

Embora seja um complemento desse processo, cabe a escola o ensino da dimensão do coletivo, trabalhando com questões de igualdade, respeito à dignidade da pessoa humana, justiça, responsabilidade, diálogo, resolução de litígios e convivência democrática. Enquanto a família atua com os valores individuais e próprios, na escola os valores se voltam para o convívio social com

as diferenças (AQUINO et al. 2013).

De modo geral a educação familiar acontece de acordo com os valores presentes em sua cultura, religião, bairro, comunidade, porém a escola deve ampliar o universo do aluno propiciando a convivência com a diversidade cultural, de gênero, de conhecimentos, o que requer a construção de valores desejáveis na sociedade democrática (SANTOS; TREVISOL, 2011). Nesta perspectiva, a educação escolar insere o estudante, desde a educação infantil, em uma vida em sociedade, ensinando valores que humanizam. Todavia, segundo Aquino et al. (2013) o fato da família e escola possuírem papeis que se complementam não significa que se houver falha na primeira socialização não haverá êxito na segunda.

A escola, e principalmente o professor, possuem papel relevante, pois se acredita que, por meio da convivência entre os sujeitos e das experiências vividas na escola, a criança constrói conceitos relativos à sua moral e desenvolve habilidades para refletir sobre as condutas e desafios que lhe são apresentados (SANTOS; TREVISOL, 2011, p. 5555).

Deste modo, segundo Santos e Trevisol (2011) independentemente se a família desempenhar ou não seu papel, a escola precisa educar os alunos para viver em uma sociedade democrática. Não se pode esperar mudanças nos seios familiares, receber alunos considerados ideais, ou com determinados aspectos para achar que dessa maneira a escola exercerá sua tarefa com êxito. Cabe à escola dar conta daquilo que acontece em seu espaço, tanto no que se refere à construção do conhecimento, quanto a construção da moralidade (DURKEHEIM, 2012). Entretanto, é importante considerar que:

Formar moralmente a criança não é despertar nela determinada virtude particular, depois aquela outra e ainda uma outra, é desenvolver constituir integralmente, pelos meios apropriados, essas disposições gerais que, uma vez formadas, se diversificam com facilidade, de acordo com as particularidades das relações humanas (DURKHEIM, 2012, p. 37).

A moral é responsável pelos princípios que disciplinam e norteiam o comportamento dos seres humanos. A moral é fundamental na organização da vida em sociedade e essencial para educar um sujeito que seja consciente de seus direitos e obrigações na sociedade. Assim, “entre outras razões os princípios junto com as normas que determinam o comportamento moral do indivíduo, correspondem às necessidades e interesses sociais” (MELO; REIS; BEZERRA, 2016, p. 2).

A escola tem o papel de realizar conjuntos de práticas a fim de colaborar para que os alunos se aprimorem de conteúdos culturais e sociais de modo crítico e construtivo. Portanto, a moral é um importante fator na vida social que precisa ser trabalhado de modo transversalizado em todos os campos do conhecimento humano, desde os anos iniciais do ensino até o Ensino Superior.

Segundo Aquino (1996, p. 16) “a motivação básica da moral adulta é o sentimento da própria dignidade, portanto, uma certa imagem moral positiva de si que se procura preservar e impor”. Deste modo, segundo Melo, Reis e Bezerra (2016) cabe à escola propor atividades que levem as crianças a pensar sobre o seu comportamento e dos outros a partir de ideias, conceitos e não de

metodologias moralizantes, pois a educação constrói a moral na sociedade, e é através dela que precisa-se enfatizar a maneira de desenvolver o caráter prático do pensamento que percorre a escola.

4 PROFISSÃO PROFESSOR E SEU PAPEL NO ENSINO DA MORAL

A questão das regras tem se revelado um problema no espaço escolar. Além disso, não se pode negar que o comportamento das crianças e adolescentes tem se transformado com o passar dos anos e um dos fatores está relacionado a formação de valores e a construção de limites desde os anos iniciais De acordo com Aquino

(1996, p. 9) “a indisciplina na sala de aula seria decorrência da falta de valores de nosso tempo”.

Família e escola, no estabelecimento dos limites das crianças, tem papeis compartilhados, porém diferentes. A família, devido ser a primeira instituição social que a criança tem contato, estabelece o respeito, os limites, as regras, segundo seus próprios valores (SANTOS; TREVISOL, 2016). Por sua vez, a escola além de responder pelo desenvolvimento do conhecimento formal, desempenha também um importante papel no estabelecimento de limites das crianças (COUTO; ALENCAR, 2015).

É na escola que as crianças aprendem a lidar com a diferença, a viver em sociedade, a tolerar frustrações, a aceitar regras coletivas e, nesse processo, também inclui a compreensão de que nem sempre tudo pode ser feito. Assim como a sociedade, a escola deve auxiliar a criança em seu desenvolvimento pessoal e intelectual, sobretudo na necessidade constituir regras (AQUINO, 1996).

Neste sentido, no exercício da docência é essencial que ao se tratar da formação do sujeito, ou seja, do aluno, levar em consideração como principal requisito a efetiva participação na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) (SANTOS; TREVISOL, 2016). Nesta perspectiva, o professor, enquanto profissional responsável pela formação moral do aluno, deve se empenhar na apresentação de um conhecimento crítico daquilo que está sendo desenvolvido no coletivo, de maneira que venha a somar na prática pedagógica (MENIN, 2002).

Cabe ao professor uma série de funções dentro da Educação Moral, entre as quais se destacam: participar efetivamente da construção do projeto pedagógico da escola para nele inserir os valores e princípios que serão considerados, naquele momento compreendido, principalmente pelos profissionais da educação, com o intuito de planejar e organizar estratégias aptas a favorecer o desenvolvimento desse processo (SANTOS; TREVISOL, 2016, p. 20).

No que tange a educação moral, o ideal uma reflexão por parte de todos os envolvidos ocorra, tendo em vista que sem reflexão não há educação (COUTO; ALENCAR; SALGADO, 2017). A formação de hábitos, valores que irá alicerçar toda sua vida, somado com a criação familiar, em sua maior parte é adquirido nos anos iniciais do ensino e, os professores, sendo em grande parte os responsáveis pelo processo educacional, promovem a construção de valores. Entretanto, segundo Aquino (1996), é importante considerar que:

A moral das ações não está no ato de o homem seguir as regras determinadas

socialmente, mas no princípio subjacente a essas ações. A título de exemplificação, não basta um aluno deixar de furtar objetos pessoais dos colegas para que sua ação seja moral, por que se o princípio em que sua razão se baseou foi o das regras sociais, ou o medo da punição, este imperativo é hipotético, já que a ação poderá ser outra se a regra social for diferente ou se a ameaça da punição não estiver presente (AQUINO, 1996, p. 105).

Todo sujeito, sobretudo o aluno, precisa de base morais sólidas, bem definidas, de maneira que saiba como proceder ao se deparar com os litígios, pequenos ou grandes, questionando aquilo que não é aceito, e tampouco aceitar tudo aquilo que lhe é colocado (COUTO; ALENCAR, 2015). É importante que todo professor tenha a consciência de transmitir princípios para seus alunos, considerando que esses serão as bases norteadoras da vida do aluno, sobretudo colocando seu ponto de vista diante de uma situação problema (SILVA; FERREIRA, 2014).

Com base na importância que a escola e consequentemente os professores têm na formação educacional dos valores morais, no papel do professor é preciso pensar sobre esta questão e ver qual o melhor modo de participar de modo a contribuir na formação de futuros cidadãos. Pois, "não é qualquer tipo de valor que deve ser adotado na formação moral dos indivíduos, bem como não é qualquer procedimento que promoverá a construção de personalidades éticas" (COUTO; ALENCAR; SALGADO, 2017, p. 11).

As crianças podem compreender o "não" vindo dos pais, porém são resistentes quanto a obedecer, portanto, não adianta falar não, sem que o contexto seja entendido pela criança. Neste sentido, o professor pode abrir espaços de diálogo com os estudantes, problematizando situações em que acreditam ser ou não necessário atender certas regras (SILVA; FERREIRA, 2014).

Neste sentido, o estudo de Silva e Ferreira (2014, p. 9) deixa claro que cabe à escola, e consequentemente ao professor "formar cidadãos críticos, reflexivos, conscientes de seus direitos e deveres, tornando-se aptos a contribuir para a construção e/ou desconstrução de uma sociedade visando à igualdade e justiça. A escola não é a única responsável pela formação moral, mas tem uma importante parcela de responsabilidade, considerando que ninguém nasce com os valores morais aprendidos e incorporados, pois, o ser humano, enquanto ser social, se desenvolve e aprende valores éticos e morais ao longo da vida (MENIN et al., 2014).

A escola é um espaço de aprendizagem e desenvolvimento e para que isso aconteça é preciso que o aluno não se sinta limitado pela equipe pedagógica ou por barreiras espaciais, simultâneo ao tempo em aprende a lidar com regras (DURKHEIM, 2012). E, isso, segundo Couto e Alencar (2015) parece ser uma grande dificuldade encontrada pela família e pela escola, que se deparam com o desafio de impor limites para as crianças, sem deixar traumas.

A finalidade da educação em valores é propiciar aprendizagens éticas, que inclua todas as facetas humanas, a saber: "aprender a ser", "aprender a conviver", "aprender a participar" e "aprender a habitar o mundo". "Aprender a ser" diz respeito a construir uma ética pessoal, o qual faça o indivíduo ser capaz de construir critérios próprios

de conduta; reforce a vontade, a autorregulação e incremente a consciência de si mesmo. “Aprender a conviver” diz respeito à tarefa formativa para superar a tendência ao isolamento entre pessoas, ajudando os indivíduos a estabelecer vínculos pessoais baseados na compreensão do outro e no compromisso com projetos em comum. “Aprender a participar” é a aprendizagem da vida em comum, ou seja, é trabalhar por uma ética que torne os indivíduos cidadãos ativos. “Aprender a habitar o mundo” é a proposta de um trabalho educativo reflexivo sobre a responsabilidade pelo planeta (COUTO; ALENCAR, 2015, p. 91).

Portanto, a escola, enquanto uma das primeiras experiências da criança no meio social, é fundamental para essa aprendizagem, embora esse aprendizado não se dê por uma aula ou disciplina, mas sim de maneira institucionalizada (MENIN et al., 2014). A ética e a moral devem fazer parte da prática pedagógica e incorporada ao PPP (SANTOS; TREVISOL, 2016).

Nesse movimento os professores têm um importante protagonismo, que requer planejamento, persistência e monitoramento (AQUINO, 1996). Para que a escola ajude na formação de sujeitos capazes de resolver litígios coletivamente, com base no respeito discutido pela comunidade, o caminho passa pela formação moral, não como um conteúdo didático necessariamente, mas sobretudo no convívio com os alunos diariamente (DURKHEIM, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão docente não é a única responsável pela formação moral e ética das pessoas, mas tem uma importante parcela de responsabilidade. De acordo com referenciais estudados a moral trata-se do conjunto de normas sociais que proporcionam um certo grau de tranquilidade para que as pessoas vivam em sociedade, enquanto que a ética está associada a questões culturais e as decisões dos sujeitos, que podem se comportar seguindo as normas ou não.

Nenhuma pessoa nasce com esses conceitos apreendidos e, enquanto seres sociais os seres humanos vão aprendendo e desenvolvendo sobre moral ao longo da vida. O professor, portanto, deve se comportar moralmente, zelando pelo respeito e bom convívio de todas as pessoas, porém esse aprendizado não se dá por meio de uma disciplina, mas sim de modo institucionalizado, portanto, a moral deve fazer parte do PPP e fazer parte do exercício da docência.

A moral nasce na existência concreta de cada pessoa, da consciência de valores, na dignidade da pessoa e do sentido de responsabilidade pessoal frente ao outro. Daí surge a importância de qualificar o exercício da docência como uma atividade capaz de ultrapassar a dimensão moral na direção da ética.

O papel do professor é fundamental ao tratar da formação da cidadania do aluno, sobretudo do aluno do Ensino Fundamental I, pois os primeiros da educação são essenciais para a formação moral. Partindo desse contexto, conclui-se que o professor no exercício da docência, na responsabilidade da formação moral, deve empenhar em apresentar um conhecimento crítico em relação ao que está sendo desenvolvido em sala de aula, de modo que venha contribuir para a construção de sua prática pedagógica.

Enfim, é importante que o professor, no exercício da docência, desempenhe seu papel social no combate a indisciplina, pois neste momento a escola não é somente uma organização educacional, mas sim uma extensão da família. Portanto, espera-se que o educador ao exercer sua profissão pense um pouco sobre esse assunto e veja qual o melhor modo de participar no processo de construção da cidadania dos futuros cidadãos e assim contribuir para o sucesso na formação dos mesmos.

TEACHING PROFESSION AND TEACHING VALUES:

PERCEPTIONS ON MORAL EDUCATION IN FUNDAMENTAL EDUCATION 1

ABSTRACT

The social perception of the teaching profession about moral teaching in Elementary School 1 suggests experiences of questions and inquiries on the part of teachers. The teacher, in the exercise of teaching, in addition to his scientific and technical knowledge, is considered a reference of conduct, that is, moral for his students. In this sense, this research work has as main investigating the contributions of the teacher in the teaching of morals in Elementary School I. In order to meet the proposed objective, we proceeded based on a literature review. The information collected was recorded in writing and, from then on, reports were prepared, which were divided and separated by topics for a better understanding and, thus, providing some considerations on the topic. It is hoped that this research work will clarify the role of the teacher in the teaching of morals in Elementary School I, and, in this way, contribute to reflections on the importance of discussing on this subject, as there is a range of possibilities to be explored in this scenario and that should be further clarified and disseminated to society.

Keywords: Elementary School 1. Moral. Teacher.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudia M.; SOARES, Kátia C.D. Professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: aspectos históricos e legais da formação. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

AQUINO, Júlio G. (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 13. ed. São Paulo: Summus, 1996.

AQUINO, Júlio G. et al. Família e educação: quatro olhares. 1 ed. São Paulo: Papirus, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Brasília: MEC/ Senado Federal, 2019.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. 1.ed. Brasília: MEC/SEF, 1997.

COUTO, Ana C.R. Ensino Fundamental: caminhos para uma formação integral. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

COUTO, Leandra L.M.; ALENCAR, Heloisa M. Educação Moral no Ensino Fundamental: prática docente de ensino da Justiça. In. Revista Psico. v. 46, n. 1, 2015, p. 90-100.

COUTO, Leandra L M. ALENCAR, Heloísa M. SALGADO, Marcelo M. Educação em valores morais no Ensino Funda-